

“PRÊMIO IDEB MOSSORÓ CIDADE EDUCAÇÃO”: POLÍTICA DE *ACCOUNTABILITY* NO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ/RN

Afonso Gomes de Oliveira

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte

afonsogomes@alu.uern.br

Ciclene Alves da Silva

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte

ciclenealves@uern.br

Disputas Ideológicas em Torno das Avaliações na Educação Básica

Nas últimas décadas, o campo educacional brasileiro tem sido fortemente marcado por disputas entre forças ideológicas, que buscam influenciar a formulação e implementação de políticas públicas. Segundo Dourado (2016), as tensões concentram-se no papel social da escola, refletindo embates entre concepções de sociedade e educação, pautadas por interesses diversos e, por vezes, contraditórios.

No âmbito da educação básica brasileira, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) tem sido alvo dessa disputa. Criado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) em 2007, o índice tornou-se um dos principais instrumentos de avaliação da qualidade da educação pública no país, sendo utilizado por gestores e formuladores de políticas para o monitoramento de resultados e definição de metas educacionais (Azevedo, 2016).

No âmbito do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) e no Plano Nacional da Educação (PNE), tem caráter centralizador, no sentido de garantir controle, financiamento e avaliação da educação. Segundo Almeida *et al.* (2013), o Ideb, quando bem utilizado, é uma excelente política de avaliação destinada a garantir padrões mínimos de aprendizagem.

Nessa perspectiva, na busca pela tão almejada qualidade educacional, o Brasil tem registrado (nas últimas três décadas) um crescimento significativo no número e na implementação de avaliações em larga escala (Fernandes; Gremaud, 2020). Esse processo tem sido impulsionado por políticas educacionais que passaram a priorizar a obtenção de resultados, sob a justificativa do aprimoramento da qualidade do ensino público. Assim,

as avaliações de desempenho consolidam-se como instrumentos centrais na gestão educacional, exercendo forte influência sobre as práticas pedagógicas e sobre a organização das redes de ensino (Silva, 2023).

Paralelamente ao fortalecimento desse modelo de avaliações, observa-se, no contexto das reformas educacionais, a disseminação do modelo *accountability*¹. No âmbito educativo, essa lógica tem se materializado em políticas de incentivo ou sanção, baseadas em indicadores de desempenho, frequentemente articuladas a modelos de gestão gerencialista, que privilegiam eficiência, produtividade e cumprimento de metas. De acordo com Soares *et al.* (2022, p. 8), o Ideb em sua essência, opera nesse sentido, sendo “uma política educacional nacional baseada na responsabilização das escolas e dos atores envolvidos, exigindo que prestem contas à sociedade pelos resultados alcançados”.

Em decorrência dessa característica, surgem programas voltados para a melhoria do índice que, embora justifiquem a elevação da qualidade, frequentemente incorporam práticas de *accountability*. No cenário municipal, diversas redes de ensino vêm adotando estratégias próprias para elevar seus resultados no Ideb, seja por meio de políticas de formação, reorganização curricular ou mecanismos de bonificação e premiação. É nesse contexto que se insere o “Prêmio Ideb Mossoró Cidade Educação”, instituído pela Secretaria Municipal de Educação de Mossoró no Rio Grande do Norte.

Pensando nessas questões, este texto integra a dinâmica de uma pesquisa em curso, desenvolvida no âmbito de um mestrado acadêmico, e tem como propósito analisar o “Prêmio Ideb Mossoró Cidade Educação” como expressão de uma política de *accountability*, buscando compreender seus fundamentos e impactos sobre as políticas educacionais local.

“Prêmio Ideb Mossoró Cidade Educação” e a *Accountability* Educacional

Através do Decreto nº 6.877, de 17 de agosto de 2023, o município de Mossoró/RN promulgou, em julho de 2023, a Lei nº 4.041, instituindo o “Prêmio IDEB

¹ termo de origem inglesa que pode ser traduzido como responsabilização, prestação de contas ou obrigação de responder pelos próprios atos. No campo das políticas públicas, refere-se à exigência de que gestores, servidores e instituições públicas prestem contas de seus resultados à sociedade e sejam responsabilizados por eventuais falhas ou desempenhos insatisfatórios (Costa; Vidal, 2020).

Mossoró Cidade Educação”. Com o objetivo de valorizar o desempenho de escolas, professores e alunos da rede municipal, com base nos resultados do Ideb, a premiação articula-se a um discurso de valorização da educação (Mossoró, 2023).

Além do reconhecimento simbólico, o prêmio atua como instrumento de incentivo, por meio da concessão de premiações em dinheiro aos que obtêm desempenho satisfatório nas avaliações. O financiamento do programa está previsto para ser oriundo das dotações orçamentárias municipais, ocorrendo a cada biênio, de modo a contemplar as três escolas com maiores notas e maiores avanços no índice, nos anos iniciais e finais do ensino fundamental, com valores de R\$ 5.000, R\$ 3.000 e R\$ 2.000, respectivamente (Mossoró, 2023).

Professores do 5º e 9º ano (Língua Portuguesa e Matemática), cujas escolas sejam premiadas, recebem R\$ 1.200, desde que tenham atuado por no mínimo oito meses e apresentem frequência mínima de 95%. Quanto aos estudantes, aqueles com as melhores médias em Português e Matemática, recebem prêmios de R\$ 1.000, R\$ 700 e R\$ 400, além de um valor fixo de R\$ 200 para os que alcançarem média geral igual ou superior a 6,0 e frequência mínima de 80%. A Gerência de Avaliação da Secretaria Municipal de Educação é responsável pela identificação dos premiados, cuja divulgação ocorrerá no Diário Oficial, com cerimônia de entrega prevista em até 90 dias (Mossoró, 2023).

O “Prêmio Ideb Mossoró Cidade Educação” surge da premissa da *accountability* educacional, um modelo que articula avaliação, responsabilização e regulação. Segundo Oliveira e Santos (2021), esse termo tem se expandido e ganhado força no campo das políticas educacionais, ao mesmo tempo em que se torna cada vez mais complexo devido à sua natureza polissêmica. Diversos significados lhe são atribuídos, mas a dimensão da responsabilização tem se destacado nos debates sobre as políticas de avaliação, que também vem sendo frequentemente associada ao conceito de prestação de contas.

Sistemas educacionais baseados em políticas de *accountability* buscam monitorar, medir e cobrar resultados de escolas, professores e alunos, geralmente por meio de rankings e indicadores quantitativos, com o objetivo de aumentar a eficiência e a qualidade do ensino. Esse modelo de gestão, conforme argumentam Oliveira e Santos (2021), integra essa nova tendência global que, no Brasil, passou a ocupar um lugar central nas discussões a partir da década de 1990, culminando na consolidação do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb).

O Saeb constitui a base técnica para o cálculo do Ideb, ao medir o desempenho dos estudantes em avaliações padronizadas de Língua Portuguesa e Matemática. Por sua vez, o Ideb articula esses resultados com dados de fluxo escolar, taxa de aprovação e abandono, compondo um indicador numérico. Essa relação, por natureza, expressa a lógica da *accountability*, que vincula desempenho a metas e decisões políticas voltadas à responsabilização de escolas, professores e redes de ensino. Segundo Afonso (2021), essa dinâmica evidencia uma transição da regulação burocrática e centralizada para uma forma híbrida, que combina controle estatal com estratégias de autonomia e auto regulação das instituições educativas.

Dada as circunstâncias, o “Prêmio Ideb Mossoró Cidade Educação” está longe de promover melhorias reais e coletivas na qualidade do ensino, a iniciativa reforça uma lógica competitiva e excludente, característica dos processos de responsabilização, estimulando a disputa entre escolas. Essa disputa impacta diretamente os processos educativos e a percepção da comunidade municipal sobre as redes de ensino, pois o programa promove um ranqueamento que classifica as instituições como “boas” ou “ruins”. Assim, o programa acaba por reproduzir práticas que priorizam resultados numéricos em detrimento do desenvolvimento pedagógico integral e da equidade no sistema municipal de ensino.

Considerações Finais: Gestão Educacional e a Lógica da Responsabilização

Nessa dinâmica, as escolas que alcançam ou superam as metas estabelecidas tornam-se elegíveis à premiação, enquanto o reconhecimento dos profissionais da educação, especialmente dos professores, depende da contribuição individual para os resultados da turma ou da unidade escolar. De forma semelhante, os estudantes com desempenho destacado nas avaliações também são premiados. Assim, o programa desloca o foco da política educacional local para resultados tendenciosos, ou seja, centrados em métricas quantitativas e comparativas que desconsideram a realidade escolar e os contextos sociais dos alunos, bem como as múltiplas dimensões do processo de ensino-aprendizagem.

Em síntese, o “Prêmio Ideb Mossoró Cidade Educação”, encontra-se inserido na lógica de uma política de *accountability* educacional, demonstrando ser pouco proveitoso

para a melhoria efetiva da educação municipal. Ao incentivar a lógica da competição, o programa promove o ranqueamento das escolas, priorizando resultados numéricos e sustentando um sistema de controle baseado em metas e prestação de contas. Desse modo, apesar do discurso de valorização, a ênfase recai sobre o processo de responsabilização, desconsiderando fatores estruturais e sociais que influenciam diretamente a política educacional local. Esse modelo concentra a responsabilização em agentes menores, como escolas, professores e estudantes, ao mesmo tempo em que dilui a responsabilidade de atores centrais, como gestores políticos. Como resultado, contribui para o aprofundamento das desigualdades educacionais, além de comprometer a qualidade da educação pública ofertada no município.

Referências

- AFONSO, Almerindo J. Reforma do Estado e políticas educacionais: entre a crise do Estado-nação e a emergência da regulação supranacional. **Educação & Sociedade**, n. 75, Campinas/SP, 2001.
- ALMEIDA, Luana C.; DALBEN, Adilson; FREITAS, Luiz C. O Ideb: limites e ilusões de uma política educacional. **Educação e Sociedade**, v. 34, n. 125, Campinas/SP, 2013.
- AZEVEDO, Jacy A. O Ideb no plano nacional de educação. **Revista Saberes Docentes em Ação**, v. 01, n. 02. Maceió/AL, 2016.
- COSTA, Anderson G.; VIDAL, Eloisa M. Concepções e implicações da *Accountability* educacional no Brasil: o estado da questão (2006 - 2018). **Revista Tempos e Espaços em Educação**, v. 13, n. 32, Fortaleza/CE, 2020.
- DOURADO, Luiz F. **Plano Nacional de Educação: política de Estado para a educação brasileira**. Inep, Brasília/DF, 2016.
- FERNANDES, Reynaldo; GREMAUD, Amaury P. Avaliação educacional em larga escala e accountability: uma breve análise da experiência brasileira. **Pesquisa e Debate em Educação**, v. 10, n. 1, Juiz de Fora/MG, 2020.
- MOSSORÓ. **Lei nº 4.041, de 11 de julho de 2023**. Institui o “Prêmio Ideb Mossoró Cidade Educação” e dá outras providências. Diário Oficial do Município de Mossoró/RN, 2023.
- MOSSORÓ. **Decreto nº 6.877, de 17 de agosto de 2023**. Regulamenta a Lei nº 4.041, de 11 de julho de 2023, que institui o “Prêmio Ideb Mossoró Cidade Educação”. Diário Oficial do Município de Mossoró/RN, 2023.
- OLIVEIRA, Maria A. A; SANTOS, Ana L. F. Accountability educacional: sentidos discursivos em análise. **Estudos em Avaliação Educacional**, v. 32, São Paulo/SP, 2021.



SANTOS, Morgana B. **Financiamento da educação básica no Brasil: uma análise das propostas para a complementação da União na definição do novo FUNDEB.** (Dissertação), UFAM, Manaus/AM, 2021.

SILVA, Antônia B. **Avaliações municipais no contexto educacional cearense: contornos, intenções e finalidades.** Tese de Doutorado. Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Educação, Fortaleza/CE, 2019.

SOARES, Denilson J. M.; SOARES, Talita E. A.; SANTOS, Wagner. O algoritmo do Ideb e as metas projetadas para a Educação brasileira: uma análise estatístico-matemática. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 31, Rio de Janeiro/RJ, 2022.